

Uma importante reflexão: Universidade para TODOS e educação para POUCOS?

RESUMO

Este artigo pretende fomentar uma breve discussão sobre a obrigatoriedade do sistema de cotas no ingresso às Universidades Públicas brasileiras sob determinação do governo federal. Para isso, apresenta uma síntese teórica sobre o papel das Universidades questionando sua autonomia nos diferentes contextos da história do Brasil. Traz para debate a seguinte questão: como é possível se falar numa Universidade para TODOS quando o que se tem é um afunilamento da estrutura de ensino que obriga a existência de um sistema de seleção, o vestibular, que compara conhecimentos básicos adquiridos em anos anteriores a fim de formar uma elite intelectual, mas que infelizmente em nosso país também representa nossa elite sócio-econômica. Modificar o processo de seleção, não muda a estrutura de ensino; pelo contrário, há uma intervenção do Estado para que uma ferramenta – o vestibular – que tem por objetivo aferir conhecimentos de forma igualitária a todos que a ele se candidatam para uma forma desigual tendo como justificativa a proteção dos oprimidos – a maioria de nosso país e que na realidade essa ferramenta acaba por explicitar. A questão é não será essa mais uma ideologia que ao invés de democratizar e expandir o ensino pretende mediocrizá-lo por meio de um nivelamento inferior da educação superior que poderá ser necessário mediante as sequelas oriundas dos anos anteriores da educação.

Palavras-chaves: Ensino, Universidade, Mérito, Sistema de Cotas, Políticas Igualitárias.

INTRODUÇÃO

Para pensar a questão do sistema de cotas obrigatórias no ingresso às universidades públicas proponho aos leitores conduzirmos em conjunto uma reflexão dando ênfase à pergunta – a proposta do governo é realmente fazer do Brasil um país com educação para todos ou ainda para poucos quando intervém no processo de seleção à Universidade Pública?

Para isso, vamos lembrar rapidamente como se deu a concepção das Universidades no Brasil e quais as condições por que passam o ensino fundamental, médio, profissionalizante e universitário no contexto em que é defendido o sistema de cotas obrigatórias no acesso à universidade pública como ação afirmativa para diminuir as

distâncias “sociais”ⁱ, criadas por um sistema educacional que deveria ser inclusivo da diversidade brasileira.

Além disso, levantamos a relevância de se aprimorar a difusão e a qualidade do conhecimento para a soberania nacional via Universidade Pública num mundo onde o “conhecimento além de ser um bem cujo valor sempre foi imenso, agora tornou-se estratégico” (PEREIRA, 2000, p. 2).

Por fim, apresento como positivo o fato do sistema de cotas nos possibilitar uma discussão sobre problemas sociais sérios, o que é um alerta para que não se forme uma “nova ideologia nacional”ⁱⁱ que ofusque as verdadeiras distâncias sociais de nosso sistema educacional e pelas quais devemos verdadeiramente nos mobilizar para buscar soluções.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a legitimidade da intervenção do Estado no processo de seleção das Universidades Públicas – o vestibular - pela obrigatoriedade de um sistema de cotas como enfrentamento das desigualdades sociais na educação, o que deve ser um direito de todos.

METODOLOGIA

O método dialético utilizado de pesquisa baseia-se numa pesquisa de fonte bibliográfica sobre o sistema de cotas para as Universidades Públicas na atualidade, o papel e a função da Universidade Pública na história do Brasil e de uma forma mais ampla a questão do ensino brasileiro como pano de fundo para discutirmos nossos problemas sociais e as decisões políticas.

DESENVOLVIMENTO

Em primeiro lugar é preciso lembrar qual é a missão da Universidade Pública, que é a de ensinar, pesquisar e publicar; ou seja, avançar o conhecimento. Para isso, ela precisa de investimentos do Estado, mas não é direcionada para ele, e sim para o interesse geral; o que só é possível com autonomia universitária (PEREIRA, 2000).

No entanto, Susana Dias nos mostra que os tempos mudaram, mas que a autonomia universitária continua sendo a bandeira defendida para que a Universidade concretize sua missão

A criação de Universidades foi amplamente discutida por grupos sociais diversos no país, porém, apenas no século XX surge a primeira Universidade brasileira. Apesar das controvérsias históricas, parece ser consensual entre os historiadores que a primeira universidade criada pelo governo federal brasileiro foi a do Rio de Janeiro em 1920, que aglutinou as Escolas Politécnicas de Medicina e de Direito, já existentes. [...] É provável que esta iniciativa oficial tenha tido o propósito, dentre outros, de ditar um modelo universitário, uma vez que as ações privadas e nos estados tendiam a se proliferar sem controle. Afinal de contas, um ensino elitizado, e para as elites, não podia estabelecer-se à revelia do poder central.

(DIAS, 2004, p. 1)

Além disso, as instituições de ensino superior no país receberam influências das principais forças políticas atuantes na época, seus interesses e projetos. A alta hierarquia do clero católico, as lideranças civis liberais e os pensadores positivistas marcaram contraditoriamente a forma de pensar o papel da Universidade no Brasil. Mais tarde, em 1968, a reforma universitária gestada pelo governo militar, considerada marco histórico, direcionou a Universidade para o mercado de trabalho, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior, o que teve seu ápice quando medidas de intervenção do Estado diminuíram a qualidade do ensino fundamental público e valorizaram o ensino particular, tendo como consequência a elitização do ensino universitário no Brasil. E agora, enquanto a comunidade universitária ainda discute sobre as mudanças reais necessárias na educação, pós-constituição de 1988, é tomada por uma nova intervenção do governo, que tida como ação afirmativa, insere a obrigatoriedade do sistema de cotas às Universidades Públicas (DIAS, 2004).

Portanto, entende-se que para aprimorar a difusão e a qualidade do conhecimento como bem público, ele não pode ficar submetido ao poder da tradição e da autoridade, seja ele político, religioso ou econômico, como parece continuar acontecendo, parafraseando Habermas é preciso emancipar os homens da dominação, o que só é possível dando a eles poder de argumentação. É preciso recuperar “o conhecimento como fim em si” (MORHY, 2003).

Talvez, reconhecer a luta pela autonomia universitária e dar-lhe legitimidade não baste como argumento para o propósito deste texto. Afinal, seu propósito é refletir sobre a ação do governo: será que o sistema de cotas proposto faz realmente do Brasil um país com educação para todos ou ainda para poucos quando intervém no processo de seleção à Universidade Pública? Portanto, já temos um excelente motivo para continuarmos a pensar.

Para isso, partimos do pressuposto de que há algum tempo, “no nível do ensino fundamental, logrou-se universalizar o acesso e (a criação de) [...] escolas públicas para todos. A mesma universalidade ainda não atinge o ensino médio, mas não se houve falar de cotas nas escolas secundárias, a que nem todos têm igual acesso e onde faltam vagas” (GOLDEMBERG, J., DURHAM, E., 2006). Continuando o raciocínio, há um

afunilamento ainda maior na oferta de vagas nas universidades públicas que não detém, no momento, condição de atender a todos, o que torna necessário um processo de seleção – o vestibular. Sem falar, que a elitização social do ensino, como propõe o governo, já está presente no nível médio e por conta disso se perpetua nas Universidades, que têm entre seus candidatos um alto índice de alunos provenientes de instituições de ensino particulares.

Nesse contexto, o vestibular torna-se um mecanismo de seleção suficiente, mesmo que não satisfatória, já que a relação candidatos/vagas não é igual. Por meio desta avaliação é possível aferir o mérito do conhecimento adquirido e acumulado pelos alunos durante as fases anteriores do ensino, cursadas por todos, sem que para isso seja necessário discriminá-los por raça, gênero, classe, idade; ou seja, ele reproduz o mesmo método de avaliação adotado para todos ou pelo menos a maioria dos alunos que até nele chegaram. Poderíamos até discutir se o vestibular realmente está sendo eficaz enquanto mecanismo de seleção de capacidades necessárias para a vida acadêmica e se pode ser melhorado, mas não parece ser esse o foco da intervenção do governo que instaura uma aferição diferenciada num processo que foi previsto para comparar todos como iguais.

O sistema de cotas no vestibular coloca em debate o mérito individual, o esforço, a determinação, a persistência e a iniciativa meritocrática de uma elite intelectual legítima que aparece anulada pela resistência à necessária mudança social. De acordo com Helene (2003, p. 2) “formar e ser elite intelectual não é erro, é obrigação. Errado é só (permitir isso) a elite econômica e social”. Portanto, a proposta da Universidade para Todos, neste caso, não pode ser entendida como uma forma de transformar os sujeitos que dela fazem parte em anônimos, abstraídos por uma lógica sócio-política, presente nesta “nova ideologia nacional”, já que continuaram sendo poucos os que chegaram às Universidades Públicas deste país?

Segundo Livia Barbosa (2003), o dilema prático do sistema de meritocracia no Brasil está no fato de gozarmos dos benefícios da ideologia do individualismo meritocrático sem nos atribuirmos a capacidade de transformação social proveniente dele, o que nos transforma em “indivíduos de menos” já que sempre procuramos responsáveis por nossas ações. Este sistema, segundo a autora, mantém a “má sorte” daqueles que continuam na base da pirâmide social porque nossos indivíduos simplesmente reagem às situações sociais e não se sentem responsáveis diretos por elas.

Isso é ainda mais preocupante se compararmos a análise atual da autora com a situação vivida no Brasil há séculos, não podemos aceitar a permanência de um contínuo de “colonizados”, segundo Teixeira (2006, p. 1-2)

o termo brasileiro, como expressão e afirmação de uma nacionalidade, não chegara a existir até meados do século XVIII, a expressão cultural dominante no Brasil, até fins do século passado era “mazombismo” que consiste na ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro, na ausência de gosto por qualquer tipo de atividade orgânica, na carência de iniciativa e inventividade, na falta de crença na possibilidade do aperfeiçoamento moral do homem, em descaso por tudo quanto não fosse fortuna rápida, e, sobretudo na falta de um ideal coletivo, na quase ausência de sentimento de pertencer o indivíduo ao lugar e à comunidade em que vivia.

Isso mostra que necessitamos de brasileiros conscientes urgentemente, indivíduos que se comprometam e queiram realmente ser agentes transformadores. Acredito que eles podem estar presentes em todos os níveis da pirâmide do ensino, desde que tenhamos um ensino de qualidade a partir das primeiras séries com a missão de formar cidadãos. Pessoas, no todo nacional e não diferenciadas por qualquer tipo de outra classificação, com valores humanos e responsáveis por seus atos, é disto que nossa sociedade realmente necessita para solucionar seus graves problemas sociais.

Entretanto, em nome de uma educação para todos o nosso governo propõe uma mudança do critério de seleção à Universidade Pública, que tinha como parâmetro mensurar o conhecimento adquirido no sistema educacional brasileiro e que, por isso mesmo, explicitava a realidade social brasileira em seus resultados, para novos critérios de seleção injustificáveis quando se quer uma sociedade onde as diferenças humanas devem ser reconhecidas e valorizadas sem preconceitos sobre sua capacidade cognitiva. Portanto, interferir dessa maneira no vestibular “muda” ou “mascara” a situação social atual do Brasil?

Quando não se consegue por um sistema baseado em mérito atingir um nível de diversidade na universidade que represente a diversidade cultural do país é preocupante e demonstrativo de um sistema educacional para poucos. Assim, é óbvio que são necessárias ações afirmativas que diminuam as distâncias sociais que excluem nossa diversidade da universidade. Entretanto, não podemos continuar “míopes” para o enfrentamento dos problemas sociais. É preciso investir em medidas profundas que dêem condições de ingresso aos cidadãos brasileiros como iguais e para sua manutenção e êxito no sistema educacional de ensino, que mesmo gratuito ainda não é acessível economicamente para todos. Só assim, poderemos ansiar por cidadãos preparados para a competitividade legítima, determinada pelo desenvolvimento de uma capacidade individual e social necessária à sobrevivência na nova ordem mundial.

Além disso, para que as Universidades possam também estar preparadas à universalização do saber é preciso criar medidas educacionais que permitam a formação do pensamento integrado e humanista, algo que segundo Helene (2003, p. 2) não obteve sucesso na tentativa de cursos por créditos, básicos e profissionalizantes. Precisamos ir além e valorizar a diversidade do conhecimento e a interdisciplinaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, fica o desejo de que esse texto tenha contribuído para lançar mais perguntas para o debate sobre o sistema de cotas; afinal, na atualidade não dá mais para nos contentarmos com respostas dicotômicas, sim ou não, ou reducionistas porque retratam apenas um ponto de vista, é preciso complexificar para tentar compreender esta nova realidade. E isso só é possível quando se abre espaço para debates multidisciplinares sobre algum tema, o que nos permite ver sob outras perspectivas, principalmente no Brasil que com um enorme território aglutina diversas subculturas étnicas e sociais.

Portanto, adotar a perspectiva de que o sistema de cotas para ingresso na Universidade Pública é solução para os problemas sociais e educacionais que enfrentamos é uma

visão minimalista da nossa situação real. Mas, por outro lado, sua proposta é profícua se pensarmos que promove o debate que traz à tona nossa verdadeira realidade, o que pode nos orientar para mudar concretamente a educação neste país, tornando-a realmente um direito de todos os seres humanos que aqui a almejam, o que só é possível diminuindo as diferenças da hierarquia sócio-econômica, que legitima a relação explorados (maioria) x exploradores (minoría) de *toda* nossa história.

A ideologia da Universidade para Todos proposta pelo governo com o uso do sistema de cotas ajuda a apagar as diferenças de classe presentes no nosso país. E é isso que merece toda a nossa atenção nessa questão. Parafrasando a professora Marilena Chauí (1994), não podemos nos esquecer que a função da ideologia é fabricar uma história imaginária que se alimenta das lacunas que ela esconde, e isso deve ser o alvo de nossas preocupações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DAMATTA, Roberto. Entrevista concedida ao site www.acesa.com.br por motivo do “Projeto Tim Grandes Escritores”. Disponível em: <<http://www.acesa.com/xiis/?page=especiais&nome=damatta>>. Acesso em: 19 fev. 2007.

DIAS, Susana. *Do império à atualidade: marcas de continuidade na história das universidades*. Disponível em: <http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/docs/Do_imperio_a_atualidade.doc>. Acesso em: 12 fev. 2007.

GOLDEMBERG, José & DURHAM, Eunice. Cotas nas universidades públicas. *Jornal Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 mar. 2006. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_cjijj.html>. Acesso em: 12 fev. 2007.

HELENE, Otaviano. *O sistema de avaliação da educação superior no Brasil*. Disponível em: <http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/docs/Universidade_para_a_crise.doc>. Acesso em: 12 fev. 2007.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0103-40142004000100008.

MORHY, Lauro. *Universidade na encruzilhada*. Disponível em: <http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/docs/Universidade_na_encruzilhada.doc>. Acesso em: 12 fev. 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Sagrada missão pública. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 04 jun. 2000, Caderno Mais!, p. 10-11. Disponível em: <http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/docs/A_sagrada_missao_publica.doc>. Acesso em: 12 fev. 2007.

TEIXEIRA, Anísio. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 86, abr/jun. 1962.

ⁱ A palavra “sociais” aparece grifada porque está de acordo com a opinião de Peter Fry e Yvonne Maggie de que a cultura nacional brasileira é marcada pela miscigenação, pela riqueza de nossas diferenças e não pela polarização discriminatória e exclusiva de um povo, como parece querer o novo sistema de classificação de raças, branco ou negro, proposto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Como isso é possível num país que, no mínimo, foi formado sob uma tríade étnica, brancos, negros e índios?

ⁱⁱ Como diz o antropólogo DaMatta (2006) em entrevista dada

A história do racismo no Brasil, se me permite, é a velha história das classes dominantes e da cultura do ‘eu digo o que é certo para você’ [...]. Até 1880 ainda havia escravos em todos os estados brasileiros. Hoje não existem escravos mais, existem trabalhadores, [...] empregadas domésticas, mães, [...] a questão racial também é uma questão de gênero, no nosso país há uma hierarquia social. [...] Essa sociedade que era estritamente escravocrata, faz da escravidão mais que algo relacionado ao racismo, faz dela um estilo de vida. Um estilo de vida, que eu vou complementar aqui, que serve para toda a hierarquia (de classes) que só a sociedade brasileira tem tão explícita assim.